

Alfabetização: comparação com turma de primeiro e segundo ano - um estudo de caso

Letícia Fontes* (IC), Marilda Mamedio (PQ), Sônia Bessa (PQ)

leticia.martins.fonte@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás- Formosa -GO

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo discutir e analisar o processo de alfabetização e tem como aporte a psicogênese da língua escrita. Foi realizado com intuito de comparar o desenvolvimento da aprendizagem de crianças do 1º e 2º ano de duas escolas municipais. A investigação foi realizada com 48 crianças de 06 a 08 anos de idade, sendo 24 crianças do 1º ano e 24 crianças do 2º ano, realizado por 02 estagiárias do Curso de Pedagogia da UEG, Campus Formosa. A metodologia aplicada teve início com a pesquisa de campo, feita através de observações e da aplicação da sondagem. Quanto aos resultados do diagnóstico, verifica-se que no primeiro ano existe homogeneidade na distribuição dos estudantes, 25% dos estudantes estão no nível silábico sem valor, 25% são silábicos com valor, e 25% são alfabéticos, 21% são silábicos-alfabético e somente 01 deles ainda é pré-silábico. Já no segundo ano 70% dos estudantes estão no nível silábico sem valor, 21% são silábicos-alfabético e somente 12% alcançaram o nível alfabético. Ao comparar as turmas verifica-se que existe um quadro de déficit de aprendizagem do segundo ano em relação ao primeiro.

Palavras-chave: Alfabetização. Aprendizagem. Leitura e escrita.

Introdução

Os processos de alfabetização de crianças por um longo tempo esteve restrito a utilização de cartilhas a qual o ensino era transmitido pela repetição, ou seja, os conteúdos não eram apreendidos, mas sim decorados e o ensino não era feito de forma a considerar as necessidades e particularidades de cada estudante. Valle (2011) apresenta o conceito de alfabetização proposto pela UNESCO:

A Unesco considera alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. Embora não esteja convencionado o que é um bilhete simples, essa definição nos remete à certeza de que, na sociedade contemporânea, para considerarmos alguém alfabetizado, é preciso que essa pessoa saiba ler, escrever e interpretar, ou seja, que compreenda o que lê, que possa opinar sobre o assunto, que possa utilizar a linguagem escrita como forma de comunicação para viver melhor (IBGE 2007 apud VALLE 2011, p.72).

A partir desta definição de alfabetização, infere-se que nem todos que se consideram alfabetizados realmente são, dando espaço para o surgimento do analfabeto funcional, ou seja, aquele que consegue ler e escrever, mas não é

capaz de compreender e interpretar o que está escrito e não consegue utilizar o sistema de escrita para o uso em vida social.

Mediante o número cada vez mais frequente dos analfabetos funcionais surge a necessidade de um processo de alfabetização que vá além da sala de aula, seria uma "prática letrada", ou seja, não somente a mera transmissão de conteúdos, desconsiderando as particularidades de cada estudante, mas, contribuindo para a formação de crianças que sabem ler e escrever, e que compreendem e interpretam aquilo que fazem.

“O uso do conceito de letramento nas práticas pedagógicas indica que a alfabetização que estamos querendo realizar envolve crianças em práticas de leitura e escrita que tem significado e façam parte da vida social (VALLE, 2011, p.80)”. Deste modo entende-se que o letramento complementa a alfabetização de forma eficaz, tornando o estudante capaz de ler, escrever e compreender.

Quando não se considera a alfabetização como fator primordial para o ensino das crianças e para a sua vida social, encontram-se dificuldades na aquisição e compreensão em todos os momentos em sala de aula, talvez por este motivo houvesse a necessidade emergente da mudança no currículo para a garantia do ciclo de três anos pra a alfabetização. A qual pretendia condição igual de acesso escolar para todos e um maior tempo de permanência na escola. Deste modo,

O Ministério da Educação vem envidando efetivos esforços na ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, considerando a universalização do acesso a essa etapa de ensino de oito anos de duração e, ainda, a necessidade de o Brasil aumentar a duração da escolaridade obrigatória. [...] Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei no 11.274, institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Com a aprovação da Lei no 11.274/2006, ocorrerá a inclusão de um número maior de crianças no sistema educacional brasileiro, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, uma vez que as crianças de seis anos de idade das classes média e alta já se encontram, majoritariamente, incorporadas ao sistema de ensino – na pré-escola ou na primeira série do ensino fundamental.[...] Outro fator importante para a inclusão das crianças de seis anos de idade na instituição escolar deve-se aos resultados de estudos demonstrarem que, quando as crianças ingressam na instituição escolar antes dos sete anos de idade, apresentam, em sua maioria, resultados superiores em relação àquelas que ingressam somente aos sete anos (BRASIL, 2007, p.5).

Em outras palavras pode-se dizer que esta mudança traria para o ensino público um maior tempo para que os estudantes fossem alfabetizados, comparando aqueles de classe alta que se iniciava os estudos mais cedo. Assim sendo aumentou o tempo para que se houvesse o processo de alfabetização não causando prejuízo para as classes sociais. Outra característica que pode ser mencionada a esta

mudança foi o grande número de reprovações de crianças nas séries iniciais, o que causava ainda mais atraso no seu desenvolvimento educacional.

Conforme Polon e Feres, (2012 p. 42) “[...] cerca de 60.000 crianças são reprovadas em sua 1ª série”. Esses são dados do IBGE 2010, uma das implicações desses resultados pode ser o pouco tempo de alfabetização propriamente dito. Segundo essas autoras as crianças nessa faixa etária necessitam de maior tempo para a consolidação da alfabetização, uma vez, que este período é essencial para que a criança consiga ser plenamente alfabetizada.

Outra característica que pode ser motivo para esta mudança no período de alfabetização, é a necessidade de respeitar o processo maturacional de cada estudante, compreendendo que cada um tem uma forma e ritmo diferentes de desenvolvimento, a qual no final do 1º ano nem todos sairia alfabetizado. Compreende-se então que “Dessa forma, os professores devem, [...] entender e conhecer como ocorrem os processos de crescimento, de desenvolvimento e de maturação nas crianças, nos adolescentes e nos jovens sob sua responsabilidade (UNESCO, 2013, p.8)”, pois ele é um dos principais responsável pelo avanço da criança frente ao seu desenvolvimento na leitura e na escrita, devendo ele então procurar melhores métodos que se tornem efetivos para o processo de alfabetização.

Ressalta-se que dentre os fatores apresentados, é necessário pensar em uma prática pedagógica eficiente, que considere todos os aspectos dos estudantes e coloque em prática metodologias que possibilitem uma aprendizagem significativa. Muitos professores referem-se a novos métodos de ensino, mas em sala de aula atem-se a modelos de ensino tradicionalistas, nos quais as crianças não têm voz ativa, aprendendo os conteúdos de forma mecânica e repetitiva. Sobre essa questão Veiga (1989) menciona que:

Em uma prática pedagógica repetitiva, o professor não se reconhece na prática pedagógica, pois coloca-se à margem da atividade que executa, estabelecendo relações apenas entre as operações que realiza e não entre as pessoas envolvidas. Em um trabalho desenvolvido a partir de modelos propostos anteriormente, o professor desempenha o papel de mero executor, muitas vezes decorrente da própria política educacional definida pelos órgãos competentes. O trabalho do professor é mais um instrumento de luta pessoal pela existência não criativo, isolado (p.19).

Os professores estão se preocupando mais em seguir o que lhes são propostos pelo currículo, ao invés de buscar inovações e elementos motivadores para despertar o interesse dos estudantes, não levando em conta as dificuldades de

aprendizagem de cada estudante. Existe preocupação mais com a quantidade de conteúdos do que com a qualidade.

Espera-se que os estudantes saiam ao final do ensino fundamental I alfabetizados, porém o que se percebe é que “saem da escola com o domínio das habilidades inadequadamente denominadas de “codificação” e “decodificação”, mas são incapazes de ler e escrever funcionalmente textos variados em diferentes situações (SANTOS, 2007, p. 17-18)”.

A proposta é investir em alfabetizar letrando, o letramento traz uma proposta mais ampla para alfabetização, nesta perspectiva, Santos (2007) enfatiza que:

O letramento nessa perspectiva não só pensa a alfabetização como resultado educacional. O conceito de letramento (e, por extensão, de sujeito letrado) surgiu para dar conta da complexidade de eventos que lidam com a escrita. Mais amplo que o conceito restrito de alfabetização, a noção de letramento inclui não só o domínio das convenções da escrita, mas também o impacto social que dele advém (p.46).

A partir desse ponto de vista é importante pensar em uma alfabetização em conjunto com o letramento, considerando como um mesmo processo de forma mais abrangente. O período de alfabetização é de grande importância na vida do estudante, pois é a partir desse processo que se inicia a construção de novos conhecimentos, tais como a leitura, a escrita e a compreensão, tornando-os capazes de lidar com as transformações sociais do meio ao qual se encontra inseridas.

Pra que se possa compreender melhor a alfabetização, Ferreiro e Teberosk (1999) considerou o nível de escrita em nível pré-silábico, silábico sem valor sonoro, silábico com valor sonoro, silábico alfabético e alfabético. A cerca disso considera os níveis da seguinte forma:

Pré-silábico é o nível a qual a criança não relaciona a fala com a escrita fazendo a mistura de letras, números e desenhos e ainda esta ligada ao realismo nominal e não tem noção do valor sonoro das letras.

Silábico sem valor é aquele que a criança começa a diferenciar a escrita das imagens e os números das letras. Relacionando a escrita e a fala, cada vez que pronuncia algo coloca uma sílaba para ser correspondente. Porém ela ainda não tem noção do valor sonoro das letras.

Silábico com valor sonoro a criança já conseguiu ter noção do valor sonoro das letras, tem conhecimento da maioria das letras do alfabeto e da sua forma gráfica já supõe que a escrita representa a fala. E utiliza na escrita da palavra algumas letras que contém nela.

Silábico Alfabético a criança tem consciência de sílabas, escreve como fala e tem conhecimento de todas as letras do alfabeto fazendo confusão somente na escrita das nasaladas. E o nível alfabético a criança já tem noção de sílabas e dos sons, já conseguiu organizar a escrita das palavras, compreende que algumas letras podem se repetir em uma mesma palavra e às vezes escreve algumas palavras como se fala.

Para que sejam verificados tais níveis, torna-se necessário a aplicação da sondagem, a qual é um dos instrumentos de ensino indicado para acompanhar e analisar o desempenho individual de cada educando, podendo assim identificar o nível em que eles se encontram.

Material e Métodos

Esse é um relato com aporte na psicogênese da língua escrita elaborado por ferreiro (1999). É de natureza qualitativa descritiva e trata-se de levantamento dos níveis de compreensão da língua escrita. Participaram 48 estudantes sendo 24 do 1º ano e 24 do 2º ano, com idade de 06 a 08 anos, sendo 18 do sexo feminino e 30 do sexo masculino. O levantamento foi realizado em duas escolas Municipais, situadas na cidade de Formosa-Go.

A sondagem seguiu o previsto nos estudos de Ferreiro (1999), segundo essa autora a sondagem é uma atividade de escrita a partir da produção espontânea das crianças dada uma lista de palavras é realizadas a escrita sem apoio de outras fontes. É uma atividade de escrita que deve preferencialmente, ser efetuada após a leitura da criança daquilo que escreveu. Analisando a leitura observar-se-á se a criança é capaz de estabelecer ou não relações entre aquilo que ele escreveu e aquilo que ele lê em voz alta, estabelecendo relações diretas entre a fala e escrita.

Optou-se por aplicar uma sondagem para identificarmos as dificuldades e os níveis em que cada estudante se encontrava para que se fosse feito um estudo comparativo a fim de perceber como ocorre o desenvolvimento dos estudantes.

A sondagem foi realizada de forma coletiva, a qual foi escolhida cinco palavras do mesmo campo semântico, tendo variações de quantidades de letras (Polissílaba, trissílaba, dissílaba) e uma frase, a qual foi deixada a monossílaba e a frase para o final. As palavras escolhidas foram: jabuticaba, melancia, tomate, pera, uva e a frase "eu gosto de laranja".

O ditado foi iniciado pela palavra polissílaba, depois pela trissílaba, em seguida a dissílaba, e por último a monossílaba e a frase. Esse cuidado deve ser tomado porque, no caso de os estudantes escreverem segundo a hipótese do número mínimo de letras, poderão se recusar a escrever se tiverem de começar pela monossílaba.

Para isto foi entregue uma folha de papel sulfite para que se colocasse o nome e para que escrevessem as palavras ditadas recolhida no final do ditado de todas as palavras mencionadas acima. Após isto foram chamados alguns estudantes para que realizasse a leitura das palavras escritas por eles, apontando com o dedo para a sílaba que estava lendo, anotando em outra folha, a forma como eles realizavam tal leitura.

Resultados e Discussão

Por meio das sondagens e das observações foi possível identificar quais hipóteses os estudantes apresentam a partir da escrita e da leitura, assim caracterizando o nível em que cada um se encontrava, para que assim fosse realizada a comparação de dados obtidos nas duas turmas das diferentes escolas. Para uma melhor análise dessas dificuldades em aprendizagem segue abaixo a tabela caracterizando os níveis de aprendizagem dos estudantes das duas escolas.

Tabela 1-Resultados da sondagem

Nível	Escola A ano EF	Escola B 2o ano EF	Total
Pré-Silábico	1	0	2
Silábico com valor	6	7	15
Silábico sem valor	6	9	12
Silábico alfabético	5	5	10
Alfabético	6	3	9
Não participaram	4	0	4
Total	28	24	

Fonte: Pesquisa realizada em 2016 e 2017.

Ao analisar a tabela 1 verifica-se que existe muita similaridade entre as duas turmas, apesar dos estudantes da escola B estarem no 2º ano, e num nível acadêmico superior. No nível silábico sem valor verificou-se que 6 crianças da

escola A e 9 da escola B estão nesse nível, a mesma quantidade repetiu-se no silábico alfabético, somente dois níveis apresentaram diferença, no nível silábico com valor no 1º ano tem 6 crianças, já no 2º ano são 7 crianças, contudo o nível que mais chama atenção é o nível alfabético, que é o mais evoluído. No 1º ano 6 crianças estão nesse nível, enquanto no 2º ano somente 3.

As tabelas 2 e 3 e gráficos 1 e 2 apresentam os tipos de níveis psicogenéticos em que a amostra se encontra, segundo os resultados obtidos na sondagem realizada. Os dados da tabela II identificam os estudantes do 1º ano sendo o da escola A e os estudantes da Tabela II o 2º ano sendo os da escola B.

Tabela 2- Estudantes do 1º ano.

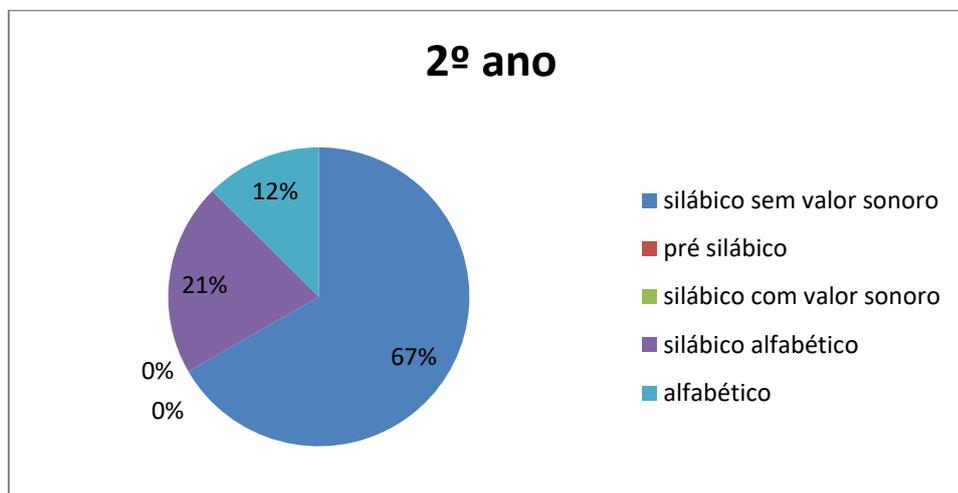
ESTUDANTES	IDADE	HIPÓTESES SILÁBICAS	
		sexo	
1- M	6	M	Pré-silábico
2- A	6	F	Silábico sem valor sonoro
3- H	7	M	Silábico sem valor sonoro
4- J	6	F	Silábico sem valor sonoro
5- K	7	F	Silábico sem valor sonoro
6- L	7	M	Silábico sem valor sonoro
7- Y	7	F	Silábico sem valor sonoro utiliza as letras do nome
8- D	7	F	Silábico com valor sonoro
9- D	6	M	Silábico com valor sonoro
10- M	6	F	Silábico com valor sonoro
11- P	6	M	Silábico com valor sonoro
12- R	7	M	Silábico com valor sonoro
13- W	7	M	Silábico com valor sonoro
14- C	6	M	Silábico Alfabético
15- E	6	M	Silábico Alfabético
16- I	7	M	Silábico Alfabético
17- N	6	F	Silábico Alfabético
18- V	7	M	Silábico Alfabético
19- A	7	F	Alfabético
20- AL	7	F	Alfabético
21- I	6	F	Alfabético
22- R	7	M	Alfabético
23- S	7	F	Alfabético
24- Y	7	F	Alfabético

Fonte: dados organizados pelas pesquisadoras

O gráfico 2 apresenta os percentuais do 2o ano. Comparado com o 1o ano do EF existe diferenças bem acentuadas. Quase 70% dos estudantes estão no nível silábico sem valor, 21% são silábico-alfabéticos e somente 12% alcançaram o nível alfabético. Esse é um caso que requer um estudo mais aprofundado. Por que parece que não houve evolução nessa turma? Em que nível essas crianças chegaram ao segundo ano? Porque não evoluíram? Professores, e especialistas da instituição estão cientes desse quadro preocupante? O que está sendo feito para que essas

crianças se alfabetizem? São perguntas levantadas a partir da comparação da sondagem do 1º com a sondagem do 2º ano.

Gráfico 2 - sondagem dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental



Fonte: dados organizados pelas pesquisadoras

Tabela III- Escola B estudantes do 2º ano

ESTUDANTES	IDADE	SEXO	HIPÓTESES SILÁBICAS
1- A	7	M	Silábico sem valor sonoro
2- K	7	F	Silábico sem valor sonoro
3- L	8	M	Silábico sem valor sonoro
4- LE	8	M	Silábico sem valor sonoro
5- LF	8	M	Silábico sem valor sonoro
6- N	7	M	Silábico sem valor sonoro
7- R	7	M	Silábico sem valor sonoro
8- RI	7	M	Silábico sem valor sonoro
9- S	7	M	Silábico sem valor sonoro
10- C	7	M	Silábico com valor sonoro
11- G	7	M	Silábico com valor sonoro
12- H	8	M	Silábico com valor sonoro
13- I	8	F	Silábico com valor sonoro
14- J	8	M	Silábico com valor sonoro
15- L	8	M	Silábico com valor sonoro
16- W	8	M	Silábico com valor sonoro
17- A	8	F	Silábico Alfabético
18- AL	8	M	Silábico Alfabético
19- D	7	M	Silábico Alfabético
20- G	7	M	Silábico Alfabético
21- F	8	M	Silábico Alfabético
22- L	8	F	Alfabético
23- LA	7	F	Alfabético
24- M	8	F	Alfabético

Fonte: dados organizados pelas pesquisadoras.

Diante dos resultados obtidos é possível perceber que os estudantes do 2º ano deveriam está bem mais avançados do que os do 1º ano, até mesmo porque

pelo sistema educacional nessas duas séries os estudantes já deveriam está alfabetizados, ou ao menos no nível silábico alfabético.

Neste caso comparando os resultados verifica-se que os estudantes da escola A, do 1º ano estão mais avançados do que os estudantes da escola B, no 2º ano. Ao comparar as duas turmas percebeu-se que a minoria dos estudantes do 2º ano não tem domínio da leitura e da escrita, tem dificuldades de aprendizagem. Essas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes podem ser ocasionadas por diversos fatores, como Weiss (1997) relata que isto pode está relacionado a fatores internos e externos. Assim pode-se perceber o quanto o meio e o biológico influenciam no processo de ensino e aprendizagem.

Considerações Finais

Ao realizar o estudo sobre a alfabetização e seus problemas, percebeu-se nas duas turmas observadas uma grande quantidade de estudantes que apresentavam muita dificuldade na leitura e na escrita, as quais muitas delas conheciam poucas letras do alfabeto e não conseguiam formar as famílias silábicas, utilizando as letras de forma aleatória ao escrever as palavras. Esse quadro desanimador em especial com os estudantes do 2º ano nos motivou a realizar essa investigação.

Uma das hipóteses levantadas foi que as dificuldades encontradas nas turmas estejam relacionadas aos métodos de ensino ineficaz utilizado pelos professores em sala de aula, a qual em muitas vezes acontece de forma, mecânica e repetitiva, com muita passividade dos estudantes.

De acordo com os resultados encontrados, em especial para as crianças do 2º ano, foi possível concluir que essa hipótese pode está certa, mas existem muitos fatores a serem analisados, entre eles o papel da escola e do professor e sua importância e para a efetivação deste processo.

É importante, entretanto estar atento, pois o professor não pode ser considerado como o único responsável pelo processo de aprendizagem das crianças, pois a família também tem suas obrigações quanto a esse desenvolvimento, mas cabe a ao professor criar em sala de aula um ambiente propício e instigador, facilitando a compreensão da criança e seu desenvolvimento.

Essa investigação é muito limitada, por que não analisa as causas para tanta diferença entre as turmas analisadas e requer uma continuidade nesses estudos e a ampliação a fim de verificar se esse é um caso isolado ou se existe mais outros casos e quais são as causas para um fragorante fracasso na alfabetização.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que direta ou indiretamente nos ajudaram na produção deste trabalho, em especial as professoras Sônia Bessa e Marilda Mamedio por toda atenção, dedicação e esforço em ajudar-nos a realizar esse trabalho.

Referências

ANTUNES, Celso. **Relações Interpessoais e a autoestima: a sala de aula como espaço do crescimento integral**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, organização JeaneteBeauchamp, SandraDenise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: 2007.

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POLON. Theuma; FERES. Marcos. **Currículo do ensino fundamental e ensino médio, gestão e legislação educacional**. Juiz de fora. FADEPE, 2012.

SANTOS, Carmi Ferraz. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações** / organizado por Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1ed, 1reimp. –Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNESCO, Fundação Vale. **Crescimento, desenvolvimento e maturação**. (Cadernos de referência de esporte; 3) . Brasília: 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002249/224987por.pdf>: Acesso em 06 de julho de 2017.

VALLE, Luciana. **Metodologia da alfabetização**. 2.ed. ver., atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2011.

VEIGA, Ilma P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

WEISS, L.M.L.L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: D.P & A. 1997.